

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA

**PREQUESTIONAMENTO,  
REPERCUSSÃO GERAL DA  
QUESTÃO CONSTITUCIONAL,  
RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL**

ADMISSIBILIDADE, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS  
RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL

**7ª edição**

revista, ampliada e atualizada de acordo com a Lei 13.105/2015 (novo CPC) e a Lei 13.256/2016 (regras sobre os recursos extraordinário e especial e outros meios de impugnação às decisões judiciais)

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

# **PREQUESTIONAMENTO, REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL, RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL**

*Admissibilidade, processamento e julgamento dos recursos extraordinário e especial*

7ª edição revista, ampliada e atualizada

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA

1ª edição: janeiro de 1999; 2ª edição: setembro de 1999; 3ª edição: agosto de 2002;

4ª edição: julho de 2005; 5ª edição: julho de 2009; 6ª edição: agosto de 2012.



© desta edição [2017]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS

*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso site: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [06-2017]

Profissional

Fechamento da edição em [12.06.2017]



ISBN 978-85-203-7317-0

## SUMÁRIO

NOTA À 7ª EDIÇÃO .....	9
AGRADECIMENTOS À 7ª EDIÇÃO.....	11
PREFÁCIO À 5ª EDIÇÃO .....	13
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO .....	15
1. FUNÇÃO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL. ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES NO DIREITO BRASILEIRO .....	27
1.1. Papel dos recursos extraordinário e especial no sistema jurídico brasileiro .....	28
1.1.1. O direito de recorrer e a função desempenhada pelos tribunais em geral e pelos tribunais superiores em particular. Funções nomofilática, uniformizadora, paradigmática e dikelógica entre finalidades pública e privada .....	28
1.1.2. Insuficiência da oposição clássica entre funções pública e privada para se definir o papel dos tribunais. Desempenho de função privada pelos tribunais superiores e de função pública por outros tribunais. As questões de direito que não podem ser submetidas aos tribunais superiores.....	33
1.1.3. A quem incumbe a função pública, nos casos de decisões fundadas em textos com conteúdo vago, cláusulas gerais e princípios jurídicos? .....	35
1.1.4. Ainda as funções nomofilática, uniformizadora e paradigmá- tica. Unidade de inteligência do direito nacional .....	40
1.1.5. Função unificadora e federalismo .....	41
1.1.6. Oposição entre recursos “extraordinários” (ou excepcionais) e “ordinários” (ou comuns). Recursos de cassação, recursos de revisão e alcance da função dikelógica .....	48

1.1.7. Supremo Tribunal Federal e controle de constitucionalidade	53
1.1.8. Papel do STF e do STJ, desempenhado através do julgamento dos recursos extraordinário e especial, à luz do Código de Processo Civil de 2015. Particularmente a função paradigmática desempenhada pelos tribunais .....	56
1.2. Origem e evolução dos recursos extraordinário e especial.....	57
1.2.1. A gênese do antigo recurso extraordinário, no direito brasileiro. O modelo norte-americano e as primeiras Constituições brasileiras. As funções nomofilática e paradigmática e, em forma embrionária, a função uniformizadora como justificativa para a criação de recurso que, depois, passou a ser conhecido como recurso extraordinário .....	57
1.2.2. A Constituição de 1891 e a reforma de 1926. O reconhecimento da função uniformizadora no texto da Constituição .....	63
1.2.3. A Constituição de 1934 e as Constituições que se seguiram. Dá-se nome ao recurso. Primeiras controvérsias a respeito do questionamento .....	65
1.2.4. A crise do STF e a Constituição Federal de 1988: criação do recurso especial e nova roupagem do recurso extraordinário.	68
1.2.5. Recentes transformações do recurso extraordinário, em relação ao controle de constitucionalidade. “Objetivação” do recurso extraordinário.....	73
1.2.6. As alterações da Emenda Constitucional 45/2004, a súmula vinculante e a repercussão geral da questão constitucional. Consolidação de um novo papel do recurso extraordinário no direito brasileiro.....	77
1.2.7. Reflexos das transformações do recurso extraordinário em relação ao recurso especial.....	79
1.2.8. A criação da técnica dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	82
1.2.9. A relevância da questão federal para o recurso especial.....	83
1.2.10. A restrição à admissibilidade dos recursos extraordinário e especial e o federalismo cooperativo. Surgimento de um novo arranjo entre os órgãos legislativos sob o influxo das transformações dos recursos extraordinário e especial e do	

labor jurisprudencial dos Tribunais superiores. O futuro dos recursos dirigidos aos tribunais superiores e a ordem jurídica brasileira .....	84
1.3. A força da jurisprudência dos tribunais superiores. Particularmente a súmula de jurisprudência dominante, a súmula vinculante e os precedentes qualificados .....	90
1.3.1. A jurisprudência e os demais pronunciamentos oriundos da atividade dos tribunais. Primeiro passo para a compreensão dos precedentes, no Código de Processo Civil de 2015 e na atuação dos tribunais superiores .....	90
1.3.2. Os precedentes qualificados oriundos dos tribunais superiores. Paralelo com os demais pronunciamentos vinculantes .....	102
2. PREQUESTIONAMENTO, REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL E RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL .....	109
2.1. As variadas concepções existentes a respeito do prequestionamento. Relação existente entre prequestionamento, repercussão geral da questão constitucional e relevância da questão federal.....	110
2.1.1. Prequestionamento ou pré-questionamento? .....	110
2.1.2. Diversos sentidos da expressão “prequestionamento”. Evolução e variações, à luz das Constituições, até se chegar à concepção adotada pelo Código de Processo Civil de 2015....	112
2.1.3. Questões qualificadas. Repercussão geral da questão constitucional e relevância da questão federal. “Flexibilização” do prequestionamento? .....	119
2.2. Fundamentos e hipóteses de cabimento dos recursos extraordinário e especial .....	124
2.2.1. Fundamento dos recursos extraordinário e especial: contrariedade à norma constitucional ou federal-infraconstitucional (art. 102, III, a, e art. 105, III, a, da CF/1988).....	124
2.2.2. Repercussão geral da questão constitucional e relevância da questão federal.....	127
2.2.2.1. Passado e futuro da exigência da presença de questão qualificada. Arguição de relevância, no modelo anterior à Constituição de 1988. Exigência de repercussão geral da questão constitucional como	

	mecanismo de contenção. Reconhecimento, de lege lata, da relevância da questão federal como veículo de transposição, e, de lege ferenda, como mecanismo de contenção .....	127
2.2.2.2.	Definição das hipóteses em que há repercussão geral da questão constitucional (de lege lata) e relevância da questão federal (de lege ferenda). Perfis comparativos .....	129
2.2.3.	<i>Status</i> normativo de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e cabimento dos recursos extraordinário e especial .....	133
2.2.4.	Recurso especial fundado em divergência jurisprudencial. Relação entre as alíneas <i>a</i> e <i>c</i> do art. 105, III, da CF Função uniformizadora. Uma peculiar hipótese de relevância da questão federal .....	136
2.2.5.	Delimitação do cabimento dos recursos extraordinário e especial nos casos dos arts. 102, III, <i>d</i> , e 105, III, <i>b</i> , da CF. Decisão que julga válidos ato de governo local ou lei local contestados em face de lei federal .....	140
2.2.6.	Art. 102, III, <i>b</i> , da CF .....	143
2.3.	Existência de questão constitucional ou federal no julgado recorrido. O questionamento como atividade realizada pelo órgão jurisdicional que profere a decisão impugnada .....	144
2.3.1.	Advertência necessária .....	144
2.3.2.	Objeto e conteúdo dos recursos extraordinário e especial. Previsão constitucional. Adequação das regras constitucionais à Constituição .....	145
2.3.3.	Objeto dos recursos extraordinário e especial. Decisão de “única ou última instância” .....	150
2.3.3.1.	Conceito de decisão definitiva. Prévio esgotamento dos recursos cabíveis na instância local. Decisão definitiva e tutela provisória .....	150
2.3.3.2.	Conteúdo da decisão impugnada. “Causa decidida”. Pronunciamento sobre questão constitucional ou federal. Matérias cognoscíveis de ofício .....	155
2.3.4.	Questão constitucional e questão federal .....	162

2.3.4.1.	Importância do conceito de “questão” .....	162
2.3.4.2.	Questão constitucional e questão federal-infraconstitucional .....	169
2.3.4.3.	Questão de fato, questão de direito e qualificação jurídica dos fatos. Reexame e reavaliação da prova... ..	172
2.3.4.4.	As exceções criadas pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça à aplicação de sua Súmula 7. A Súmula 400 do STF e a interpretação razoável .....	180
2.3.4.5.	Sentidos de “Constituição” e de “lei federal”, para fins de cabimento de recursos extraordinário e especial. Atos não compreendidos. Leis locais .....	184
2.3.4.6.	Necessidade de menção expressa do dispositivo constitucional ou legal violado. O “prequestionamento numérico”. Primeira concepção de “prequestionamento implícito” .....	187
2.3.4.7.	Violação ao princípio jurídico e cabimento dos recursos extraordinário e especial .....	194
2.3.4.8.	Classificação. Questões simples e complexas. Questão complexa direta e indireta. Importância da distinção para a caracterização do prequestionamento.....	210
2.4.	Atuação das partes, no sentido de que a questão seja enfrentada pelo órgão jurisdicional recorrido. O prequestionamento como atividade desenvolvida pelas partes .....	218
2.4.1.	Observação preliminar .....	218
2.4.2.	Importância da provocação das partes para o surgimento da questão. Evolução histórica, à luz das Constituições brasileiras. A origem das Súmulas 282 e 356 do STF .....	219
2.4.3.	Natureza jurídica do prequestionamento realizado pelas partes. Exame do tema pelo órgão <i>a quo</i> a despeito da ausência de recurso da parte. Ausência de preclusão .....	233
2.4.4.	Objeto, conteúdo e forma do prequestionamento realizado pelas partes .....	237
2.4.5.	Momento em que as partes devem prequestionar .....	240

2.4.6. Quando se considera que o fundamento prequestionado pela parte foi implicitamente rejeitado, apesar de não ter sido examinado expressamente pelo julgado. Primeira alusão à regra prevista no art. 1.025 do CPC/2015. Segunda concepção de “prequestionamento implícito” .....	242
2.5. Síntese das diversas concepções de prequestionamento e evolução, até se chegar ao Código de Processo Civil de 2015 e relação entre os fenômenos apontados. ....	246
2.5.1. Relação entre os fenômenos apontados .....	246
2.5.2. Súmula 282 do STF. Relação entre o questionamento prévio pelas partes e a existência de questão constitucional ou federal na decisão recorrida .....	250
2.5.3. Prequestionamento e voto vencido. Súmula 320 do STJ e art. 941, § 3.º do CPC/2015.....	252
2.5.4. Súmula 356 do STF e embargos de declaração “prequestionadores”. (Des)necessidade de oposição de embargos de declaração mesmo que a violação surja no próprio julgado. O artigo 1.025 do CPC/2015 e a necessidade de as partes prequestionarem antes da decisão embargada .....	255
2.5.5. Súmula 356 do STF e controvérsia na jurisprudência do STF formada no final da vigência do CPC/1973 sobre a admissibilidade do “prequestionamento ficto” .....	260
2.5.6. A Súmula 356 do STF e a exigência de interposição dos embargos de declaração mesmo quando a violação à lei federal surgir no próprio acórdão recorrido.....	264
2.5.7. A suposta imprescindibilidade dos embargos de declaração e a ausência de propósito protelatório. Súmula 98 do STJ.....	267
2.5.8. Revisão da finalidade dos embargos de declaração e edição da Súmula 211 do STJ.....	269
2.5.9. A intolerável divergência jurisprudencial existente a respeito do prequestionamento e de temas correlatos como obstáculo ao desempenho da missão constitucional dos tribunais superiores. Motivo da criação da regra prevista no art. 1.025 do CPC/2015 .....	276
2.5.10. Inteligência e alcance do art. 1.025 do CPC/2015.....	280



2.5.10.1. O art. 1.025 do CPC/2015 e os fundamentos constitucionais dos recursos extraordinário e especial ...	280
2.5.10.2. Omissão que justifica a incidência da regra prevista no art. 1.025 do CPC/2015. Tema a respeito do qual o órgão devia pronunciar-se de ofício ou suscitado a requerimento de qualquer das partes.....	284
2.5.10.3. Erro, contradição e obscuridade. Caracterização do prequestionamento e finalidade da regra prevista no art. 1.025 do CPC/2015.....	289
<b>3. ADMISSIBILIDADE, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....</b>	<b>293</b>
3.1. Juízos de admissibilidade e de mérito dos recursos extraordinário e especial. Distinções necessárias .....	293
3.1.1. Perfis gerais.....	293
3.1.2. Objeto e conteúdo do juízo de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial .....	294
3.1.3. Precisoões terminológicas. Distinção entre “não conhecer”, “conhecer” e “dar provimento”, na jurisprudência dos tribunais superiores. Origem da confusão entre as expressões .....	298
3.1.4. Sentido dos verbos “conhecer”, na Súmula 456 do STF, e “admitir”, no art. 1.034 do CPC/2015 .....	300
3.1.5. Juízo de admissibilidade positivo, negativo e ordinatório. Possibilidade de exame da questão, mesmo que existente vício no recurso. Fungibilidade e instrumentalidade recursal .....	304
3.2. Processamento dos recursos extraordinário e especial .....	305
3.2.1. Objeto e conteúdo dos recursos extraordinário e especial .....	305
3.2.2. Requisitos da petição de recurso extraordinário e recurso especial .....	307
3.2.2.1. Exposição do fato e do direito .....	307
3.2.2.2. Demonstração do cabimento do recurso .....	308
3.2.2.3. Demonstração da repercussão geral da questão constitucional e recurso extraordinário. A relevância da questão federal e o recurso especial .....	310

3.2.2.4.	Demonstração da divergência jurisprudencial e recurso especial fundado no art. 105, III, c da Constituição. Fundamentação da decisão que não admite recurso especial, nesse caso .....	311
3.2.2.5.	Requerimento de reforma ou de invalidação da decisão recorrida .....	313
3.2.3.	Interposição do recurso .....	316
3.2.3.1.	Local .....	316
3.2.3.2.	Tempestividade .....	317
3.2.4.	Juízo de admissibilidade dos recursos, no juízo <i>a quo</i> .....	318
3.2.4.1.	Objeto e conteúdo da atividade realizada pela presidência ou vice-presidência do tribunal <i>a quo</i> . Variações entre o agravos previstos nos arts. 1.021 e 1.042 do CPC/2015 .....	318
3.2.4.2.	Particularidades relacionadas ao agravo em recurso especial e em recurso extraordinário (art. 1.042 do CPC/2015) .....	324
3.2.5.	Efeito suspensivo e antecipação dos efeitos da tutela recursal, em recursos extraordinário e especial .....	327
3.2.5.1.	Generalidades .....	327
3.2.5.2.	Pressupostos. Tutela provisória (de urgência e de evidência) e recursos excepcionais .....	327
3.2.5.3.	Competência .....	329
3.2.6.	Processamento dos recursos nos tribunais superiores .....	331
3.2.6.1.	Cabimento concomitante dos recursos extraordinário e especial. Interposição simultânea. Relação de prejudicialidade .....	331
3.2.6.2.	Fungibilidade entre os recursos extraordinário e especial. Recebimento de recurso extraordinário como recurso especial, e vice-versa .....	333
3.2.6.3.	Competência do relator para o julgamento dos recursos extraordinário e especial .....	336
3.2.7.	Juízo de mérito dos recursos extraordinário e especial .....	339

3.2.7.1. Juízo de mérito bifásico.....	339
3.2.7.2. Da cassação à revisão. Julgamento da causa e qualificação jurídica dos fatos .....	340
3.3. Recurso extraordinário com repercussão geral .....	345
3.4. Recursos extraordinário e especial repetitivos .....	351
3.5. Assunção de competência em recurso extraordinário e em recurso especial.....	358
3.6. Embargos de divergência.....	360
3.7. Reclamação para garantir a observância de acórdão proferido em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, em recursos extraordinário ou especial repetitivos e em assunção de competência.....	362
BIBLIOGRAFIA .....	369